

A PROSTITUIÇÃO INFANTIL E A PSICANÁLISE

2015

Andreza Mota de Oliveira

Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Unijorge (Brasil)

E-mail de contato:

andreza.mota.ps@gmail.com

RESUMO

De acordo com a abordagem dada pelo filme “Anjos do Sol”, desenvolveu-se um levantamento sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes, trazendo a história e o conceito da prostituição, a prostituição infantil, os fatores desencadeantes e os impactos que causam nesses menores.

Palavras-chaves: abuso sexual, criança, consequências, psicanálise.

Avaliação crítica do filme "Anjos do Sol"

O cinema tem um importante papel social, além de proporcionar apenas o entretenimento. O filme *Anjos do Sol*, estreia do cineasta gaúcho Rudi Lagemann à frente de um longa-metragem, está longe de cair no numa ação piegas ou panfletária, apesar de tratar de um "drama social", onde é comum o “contador de história” cair numa destas duas cearas. De uma forma tocante, o drama da menina de 12 anos explorada sexualmente é capaz de envolver o espectador de forma a provocar não somente repulsa por toda a situação, mas também a compaixão, levando o espectador a refletir sobre esse cenário nefasto dentro da sociedade brasileira. Afinal, é sempre bom lembrar que, apesar de *Anjos do Sol* ser uma história de ficção, é baseado em acontecimentos reais, devidamente relatados na imprensa ou por Organizações Não-



Governmentais (ONGs), principais fontes de pesquisa para este roteiro. Isso dá veracidade a narrativa e nos coloca num cenário em que todos, de forma direta ou indireta, já tivemos algum tipo de contato.

Anjos do Sol acompanha a trajetória da pequena Maria, interpretada por Fernanda Carvalho. Como milhões de garotas brasileiras, ela nasce numa família pobre que vive no interior da Bahia. Alvo fácil para Tadeu (Chico Diaz), que trabalha "seleccionando" garotas com pouco mais de 10 anos para trabalhar longe de suas famílias. Por alguns reais - verdadeiras fortunas para famílias pobres como a de Maria -, elas são afastadas do lar para trabalhar na indústria da prostituição. A princípio, Tadeu alega que elas serão levadas ao trabalho doméstico, a fim de levar tranquilidade às consciências das famílias que se deixam enganar pelas palavras do "agenciador" de menores. A família da protagonista é uma delas. Ao lado de outras garotas com história semelhante à sua - como a de Inês (Bianca Comparato) -, ela vai parar na minúscula cidade de Diamantina, no Amazonas, onde é recebida por Saraiva (Antônio Calloni). Dono de uma "casa de tolerância" com meninas tão jovens quanto Maria, ele comanda suas vidas e as ameaça constantemente, submetendo-as a até 30 programas por noite. Lá, a pequena Maria amadurece a força e de forma sofrida.

Anjos do Sol é um filme denso, cruel, triste e pesado. Mas o que mais entristece não é a história de Maria em si, mas sim pensar que não se trata de absurdos. A prostituição infantil existe e está mais perto de qualquer um de nós pode imaginar. São muitas as Marias, adolescentes, retiradas das famílias carentes, pobres, sem instrução e sem alternativas de vida no Brasil e não estamos nem perto de transformá-las em meninas que crescem com oportunidades na vida. Anjos do Sol é um retrato fiel da nossa sociedade. Sem apontar culpados ou inocentes, ou mesmo descrever essa tragédia de uma forma maniqueísta, o filme nos leva a reflexão.

Sensível, contundente e real, Anjos do Sol mostra não somente a miséria social, mas, principalmente, a humana. O filme também aborda um dos temas mais constrangedores da atualidade não só no Brasil como também no âmbito internacional, que é o tráfico internacional de pessoas, recentemente abordado na novela Salve Jorge, de Glória Perez e que colocou o tema nas rodas de discussão e o tornou acessível ao grande público.

A Prostituição – História e Conceito

Prostituição

É a troca consciente de favores sexuais por dinheiro. A sensibilidade sobre o que se considera prostituição pode variar dependendo da sociedade, das circunstâncias onde se dá e da moral aplicável no meio em questão.

A prostituição é reprovada em diversas sociedades, devido a fatores morais, à possível disseminação de doenças sexualmente transmissíveis (DST), e pelo impacto negativo que poderá ter nas estruturas sociais.

Na cultura silvícola de algumas regiões, inclusive no interior da Amazônia, Brasil, e em algumas comunidades isoladas, onde não há a família monogâmica, não existe propriedade privada e por conseguinte não existe a prostituição: o sexo é encarado de forma natural e como uma brincadeira entre os participantes. Já onde houve a entrada da civilização ocidental o fenômeno da prostituição passa a ser observado com a troca de objetos entre brancos e índias em troca de favores sexuais.

História

Apesar de fortemente disseminada no senso comum, a ideia de que a prostituição seja a profissão mais antiga do mundo não encontra qualquer fundamento histórico ou antropológico, visto que os mais antigos registros de atividades humanas revelam as mais variadas especializações como agricultura e caça, mas raramente revelam indícios de prostituição, que normalmente exige um contexto social posterior.

Posteriormente, ainda na Antiguidade, em muitas civilizações já desenvolvidas, a prostituição era praticada por meninas como uma espécie de ritual de iniciação quando atingiam a puberdade.

No Egito antigo, na região da Mesopotâmia e na Grécia, via-se que a prática tinha uma ritualização. As prostitutas, consideradas grandes sacerdotisas (portanto sagradas), recebiam honras de verdadeiras divindades e presentes em troca de favores sexuais.

Grécia e Roma

Mais adiante, na época em que a Grécia e Roma polarizaram o domínio cultural, as prostitutas eram admiradas, porém tinham que pagar pesados impostos ao Estado para praticarem



sua profissão; deveriam também utilizar vestimentas que as identificassem, pois caso contrário eram severamente punidas.

Na Grécia, existia um grupo de cortesãs, chamadas de hetairas, ou heteras, que frequentavam as reuniões dos grandes intelectuais da época. Eram muito ricas, belas, cultas e consideradas de extrema refinação; exerciam grande poder político e eram extremamente respeitadas.

Israel

A prostituição era severamente reprimida dentro da cultura judaica. Segundo a lei mosaica, as prostitutas poderiam ser sujeitas a penas severas até com a morte. No entanto, verifica-se que na prática houve situações de tolerância, como se vê na história de Raabe contada no livro de Josué durante a conquista de Jericó.

Cristianismo e Idade média

Durante a Idade Média houve a tentativa massiva de eliminar a prostituição, impulsionada em parte pela moral cristã, mas também no grande surto de DSTs (principalmente sífilis). Em contrapartida, havia o culto ao casamento cortês, onde a política e a economia sobrepujavam aos sentimentos, e as uniões eram arranjadas somente por interesse (que por si só já poder-se-ia considerar como prostituição), reforçam ainda mais a prostituição. Em muitas Cortes, o poder das prostitutas era muito grande: muitas tinham conhecimento de questões do Estado, tanto que a prostituição passou a ser regulamentada.

Quando houve a Reforma religiosa no século XVI, o puritanismo começou a influir de forma significativa na política e nos costumes. Somada a este evento, como já mencionado, aconteceu uma grande epidemia de doenças sexualmente transmissíveis. A Igreja Católica enfrentou frontalmente o problema da prostituição, lançando mão de recursos teológicos (dogmas, tradição e textos Bíblicos). Com a ação da Igreja Católica e das igrejas protestantes que surgiam a prostituição foi relegada a uma posição de clandestinidade, apesar da persistência de algumas cortesãs nas cortes Europeias e de suas colônias.

Revolução Industrial

Com o advento da Revolução Industrial, houve um crescimento na prostituição. As mulheres de então passaram a somar à força de trabalho, e como as condições eram desumanas, muitas passaram a prostituir-se em troca de favores dos patrões e capatazes, expandindo novamente a prostituição e o tráfico de mulheres. Somente em 1899 aconteceram as primeiras



iniciativas para acabar com a escravidão e exploração sexual de mulheres e meninas. Vinte e dois anos mais tarde, a Liga das Nações mobilizou-se para tentar erradicar o tráfico para fins sexuais de mulheres e crianças.

Século XX

A ONU, em 1949, denunciou e tentou tomar medidas para o controle da prostituição no mundo. Desde o início do século XX, os países ocidentais tomaram medidas visando a retirar a prostituição da atividade criminosa onde se tinha inserido no século anterior, quando a exploração sexual passou a ser executada por grandes grupos do crime organizado; portanto, havia a necessidade de desvincular prostituição propriamente dita de crime, de forma a minimizar e diminuir o lucro dos criminosos. Dessa forma as prostitutas passaram a ser somente perseguidas pelos órgãos de repressão se incitassem ou fomentassem a atividade publicamente.

Com a disseminação de medidas profiláticas e de higiene e o uso de antibióticos, o controle da propagação de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e outras enfermidades correlatas à prostituição parecia próximo até meados da década de 1980 no século XX, porém, a AIDS tornou a prostituição uma prática potencialmente fatal para prostitutas e clientes, havendo no início da enfermidade uma verdadeira epidemia.

Atualidade

Modernamente, com as doenças sexualmente transmissíveis, (DST), entre as quais a SIDA (AIDS em inglês), a prática da prostituição recebeu um golpe. Foi necessária a intervenção estatal para o controle e prevenção das doenças, que atingiram níveis de epidemia no final do século XX, início do século XXI, extinguindo boa parte da população de risco (pois são enfermidades fatais aos clientes e prostitutas).

Apesar das tentativas de órgãos de saúde pública em todo o mundo na prevenção a estas doenças, em regiões mais pobres do planeta, miséria e prostituição são palavras praticamente sinônimas.

Nas regiões mais pobres a miséria, a prostituição, o tráfico de drogas e as DST se entrelaçam. No Brasil a prostituição infantil é comum nas camadas mais pobres dos grandes centros urbanos. Nas capitais do Nordeste em especial, existe o turismo sexual, onde crianças de ambos os sexos são recrutadas para satisfazer os desejos de pedófilos provindos de todas as partes do mundo, em especial dos Estados Unidos e da Europa.

Alguns países já reconhecem legalmente a prostituição como profissão, a exemplo da Alemanha.



Com a popularização dos novos meios de comunicação em massa, novas formas de prostituição se verificaram, como o "sexo por telefone" e *sites* onde o sexo é vendido em filmes, em imagens, em *web cams* ao vivo etc., criando uma nova forma da atividade: a "prostituição virtual".

No Brasil

No Brasil, numa pesquisa do Ministério da Saúde e da Universidade de Brasília indica que, no segundo semestre de 2005, quase quarenta por cento das prostitutas estavam na profissão há, no máximo, quatro anos, fato que indicaria um alto grau de abandono da profissão. Já o Centro de Educação Sexual, uma ONG que realiza trabalhos com garotas e garotos de programa do Rio de Janeiro e Niterói, diz que a maioria se prostitui para sobreviver e que muitas sonham em encontrar um amor. Um fator também visto no filme, na passagem em que uma das meninas do prostíbulo diz ter esperança de encontrar um amor.

A atividade de prostituição no Brasil em si não é considerada ilegal, não incorrendo em penas nem aos clientes, nem às pessoas que se prostituem. Entretanto, o fomento à prostituição e a contratação de mulheres para atuarem como prostitutas é considerado crime, punível com prisão.

Enquanto muitas garotas de programa são exploradas por agenciadores, outras se tornam independentes, divulgando seu próprio trabalho em classificados de jornais e classificados *online*, como em alguns sites na internet. Em ambos os casos, a anunciante deve fornecer documento de identidade, para que seja comprovada a maioria da mesma e a veracidade das informações contidas no anúncio. O que não ocorre na rua, onde menores de idade podem ser vítimas da indústria do sexo.

A Prostituição Infantil

Um dos temas mais constrangedores ao Brasil, não apenas à própria sociedade brasileira, como no âmbito internacional, é a existência da chamada prostituição infantil. Apesar de todos os esforços do Estado no enfrentamento deste problema, há a permanência de uma realidade hostil para muitas crianças – principalmente meninas – nas regiões mais pobres do país: segundo a UNICEF, em dados de 2010, cerca de 250 mil crianças estão prostituídas no Brasil.

De forma geral, a prostituição infantil trata-se da exploração sexual de uma criança a qual, por vários fatores, como situação de pobreza ou falta de assistência social e psicológica, torna-se fragilizada. Dessa forma, tornam-se vítimas do aliciamento por adultos que abusam de menores, os quais ora buscam o sexo fácil e barato, ora tentam lucrar corrompendo os menores e conduzindo-os ao mercado da prostituição.



Os aspectos facilitadores desta condição na qual se vê destruída a infância desconsideram os direitos e a necessidade de proteção da criança. Para além das possíveis vulnerabilidades decorrentes da situação socioeconômica - se não a principal causa, certamente uma das mais importantes – estão outros aspectos como o próprio gênero da criança, fator que explicaria uma maior vulnerabilidade das meninas, tão expostas à violência contra a mulher até mesmo no ambiente familiar. Isso sugere que são aspectos importantes para a compreensão da violência contra a criança e outros para além daqueles ligados apenas às questões de pobreza. A questão de gênero estaria intrínseca a um modelo sociocultural que, por vezes, como no caso brasileiro, pode reproduzir uma naturalização da discriminação contra a mulher (fruto de valores machistas), vista como objeto destituído de valor, de consciência e liberdade.

Assim, não se deve associar a prostituição infantil apenas à condição de pobreza da criança, mas sim considerar as particularidades de sua manifestação. Também para além da pobreza, o desenvolvimento de vícios por drogas conduzem essas crianças a uma situação deplorável e de extrema necessidade de cuidados especiais. Para atenderem às imposições da dependência química que as dominam, vendem seus corpos para conseguirem algum dinheiro para a compra de drogas (ou mesmo aceitam fazer programas tendo como pagamento a própria droga).

Outro complicador desta questão é o chamado turismo sexual, o qual consiste na chegada de vários estrangeiros a regiões como o Nordeste brasileiro em busca de sexo. Meninas pobres, moradoras das regiões periféricas e precárias ao redor dos grandes centros ocupam as principais ruas e avenidas para se oferecerem como mercadoria barata neste mercado do sexo que se estabelece em endereços turísticos por todo o Brasil, principalmente nas praias nordestinas.

Se por um lado a prostituição ainda faz parte da realidade brasileira, é importante destacar alguns avanços nesta luta. No Brasil, em 2000, institui-se o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, assim como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, comemorado em 18 de maio, dia em que uma menina de 8 anos foi abusada e morta em 1973 no Estado do Espírito Santo causando indignação nacional. Segundo o Governo Federal, este Plano Nacional de Enfrentamento está dividido em seis eixos estratégicos, sendo eles: Análise da Situação, Mobilização e Articulação, Defesa e Responsabilização, Atendimento, Prevenção e Protagonismo Infanto-Juvenil. A coordenação deste Plano fica a cargo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), assim como dos Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais de cada região. Além destas instituições, outras esferas de acompanhamento e controle foram criadas, além de Varas Criminais especializadas em crimes contra crianças e adolescentes. Ainda segundo o governo federal, em 2008 foi reunidas mais de 3.500 pessoas de várias nacionalidades no III Congresso de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Rio de Janeiro, fato que marca uma sensibilidade internacional com esta realidade que afronta os Direitos Humanos.



Segundo o site da UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, este órgão adotou em meados de 2000 o Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança, que trata da venda de crianças, prostituição e pornografia infantis. Vários países aderiram, a exemplo do governo brasileiro que promulgou tal protocolo em 2004. Este documento não apenas evidencia uma preocupação internacional, mas sinaliza a tentativa da criação de mecanismos para esforço mútuo contra essas terríveis formas de violência e exploração contra a criança. Ao longo do texto que introduz os pontos deste protocolo, a UNICEF aponta haver a concordância entre os países de que “a eliminação da venda de crianças, prostituição e pornografia infantis será facilitada pela adoção de uma abordagem global que leve em conta os fatores que contribuem para a existência de tais fenômenos, particularmente o subdesenvolvimento, a pobreza, as desigualdades econômicas, a iniquidade da estrutura socioeconômica, a disfunção familiar, a falta de educação, o êxodo rural...” (UNICEF, 2011, s/p).

Isso mostra que o posicionamento mais efetivo do Estado com relação a este problema não apenas se faz urgente, como também possui de fato certa complexidade. Não se trataria apenas de coibir a ação de aliciadores ou de uma clientela em potencial deste tipo de prostituição, mas fundamentalmente pensar o cuidado com o menor e o adolescente nas mais diversas esferas: da saúde, passando pela educação, bem como na criação de oportunidades claras de inclusão social. Requer a necessidade de apoio e orientação psicológica às crianças nesta condição, seja para aquelas que realmente estão em condição de rua, seja para aquelas que a despeito de terem família estão em um ambiente impróprio para sua infância e formação enquanto indivíduo (haja vista a exploração promovida em muitos casos pelos próprios pais).

Em suma, cabe ao Estado zelar pelo bem-estar da criança e do adolescente, em especial por aqueles em maior situação de vulnerabilidade social. Porém, tal vulnerabilidade seria promovida não apenas pelo desprovimento de recursos, mas também pela naturalização cultural da discriminação, como no caso das meninas vistas como meros objetos. Logo, é preciso refletir não apenas sobre o papel do Estado, mas sobre o da própria sociedade, sobre seus valores e sua capacidade de percepção sobre a real natureza da lógica da violência contra a criança.

Vários são os fatores que levam à prostituição infantil, sendo um dos fatores determinante a pobreza e os fatores derivados dela: Família mal estruturada, falta de assistência social, psicológica, uso de drogas, estrutura econômica, falta de acesso a educação ou ainda consumismo exagerado.

O núcleo família

É geralmente onde tudo se inicia. A ação dos pais no desenvolvimento da criança/adolescente é de extrema importância pra o desenvolvimento da estrutura psicológica da



criança, pois os adultos são para a mesma como exemplos, protetores e detentores do saber. Sendo assim pais usuários de drogas, agressivos, alcoólatras tendem a influenciar negativamente seus filhos. Estes com a tentativa de ficar livre da opressão e maus tratos causados pelos pais, acabam indo para as ruas, onde se depara com a fome, falta de oportunidade, influências negativas de outrem. Onde acabam tendo como único meio para sobrevivência a prostituição.

O uso de drogas

Outro fator alarmante, sendo mais comum nas grandes cidades, onde menores, sendo um numero significativo de meninas se prostituem simplesmente para manterem o vício. Geralmente esses menores são moradores de rua que sofrem influencias tanto do meio onde se encontra como de outras pessoas, ou ainda são filhos de pais também drogados que veem na prostituição uma forma de manterem o vício.

O consumismo

Este é um dos fatores mais recente, que atinge geralmente menores de posição social um pouco superior, do que menores, vitimas da miséria. Deixam-se seduzir pelo dinheiro rápido e fácil, para assim, manterem um padrão e uma aparência em meio à sociedade que se encontra inseridos. Estes são na maioria das vezes adolescentes que querem se manter na moda, ter os últimos lançamentos de aparelhos eletrônicos, levar uma vida superior a sua condição real etc.

Estrutura econômica

Estas estão relacionadas às oportunidades de trabalho que por sua vez está interligada a escolaridade, na qual se encontra defasada, principalmente no êxodo rural. Sendo esta importante contribuinte para a falta de estrutura econômica que leva a uma desigualdade social, podendo ser talvez o fator principal para ingresso de crianças na prostituição. Isso ocorre muito nos países de terceiro mundo, onde há uma necessidade de sobrevivência a qualquer custo.

Muitas vezes a venda de crianças ocorre mesmo pela própria família, por se encontra em estado de miséria, vendo seus filhos como a única saída para a sobrevivência. Vale ressaltar que muita das famílias que tomam essa decisão, muitas vezes dolorosa, não obtém o conhecimento real do destino de seus filhos. Isso é explícito na passagem do filme, em que a mãe de Maria entrega a Tadeu (o senhor que a compra), supondo que ela terá uma vida de trabalho digno e de melhores condições.



Dessa forma, crianças e adolescentes tornam-se vítimas do aliciamento por adultos que abusam da fragilidade destas, do sexo fácil e barato, corrompendo os menores e conduzindo-os ao mercado da prostituição, com o propósito de obter dinheiro fácil.

O comércio de exploração sexual infantil tem crescido assustadoramente, e uma dos fatores que mais influencia para esse tipo de crime é justamente a pobreza familiar extrema. Essa vivência de miséria, leva ao desespero, a desestruturação família, ao sentimento de impotência do homem diante da família, a angústia etc., levando os próprios pais a negociarem seus filhos em troca do pão de cada dia.

A Folha da Bahia traz um levantamento dessa realidade em 2008:

““ Onde, de acordo com estimativas das Nações Unidas, 92% dos casos de tráfico são para fins de exploração sexual. Em 2002, segundo os dados, pelo menos 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos foram forçados a manter relações sexuais ou submetidos a outros tipos de agressão íntima (FOLHA DA BAHIA, 2008). ””

Essa estimativa infelizmente vem crescendo a cada dia. Há a permanência de uma realidade hostil para muitas crianças – principalmente meninas – nas regiões mais pobres do país. Dados confirmados nos noticiários do nosso dia-a-dia.

Falamos um pouco sobre a contribuição e o dever do núcleo familiar e do Estado na ingressão de crianças e adolescentes no mundo da prostituição. Pois, como o que foi abordado no decorrer do texto, acontece que a maioria das famílias, principalmente as do êxodo rural não possui a mínima condição de dar o conforme necessário ao menor, o que facilita o comércio de exploração sexual infantil.

Mas, antes de apontarmos o principal culpado, devemos analisar cuidadosamente ambos os casos, levando em consideração que cada pessoa tem seus motivos, para se envolver com o mundo da prostituição. Destacamos o fator socioeconômico familiar como um dos principais causador da mesma, mas vale ressaltar que muitas das crianças/adolescentes que se envolvidas com a prostituição, estão ali para afrontar seus pais, ou porque não são motivadas a sair desta vida, ou até mesmo porque gostam, pois é uma forma fácil de obter uma renda.

O estado então no seu posicionamento não se tem que buscar apenas coibir a ação de aliciadores ou de uma clientela em potencial deste tipo de prostituição, mas fundamentalmente pensar o cuidado com o menor e o adolescente nas mais diversas esferas: da saúde, educação, bem como na criação de oportunidades claras de inclusão social, como já foi dito antes.

““ No artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estado lhes confere todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade “”.

Isso levanta a necessidade de apoio e orientação psicológica às crianças nesta condição, seja para aquelas que realmente estão em condição de rua, seja para aquelas que a despeito de terem família estão em um ambiente impróprio para sua infância e formação enquanto indivíduo.

Impactos do abuso sexual nas crianças

As consequências do abuso sexual para a criança podem ser divididas em físicas, emocionais, sexuais e sociais (comportamento interpessoal).

As consequências são múltiplas (Blanchard, 1996), sendo que seus efeitos físicos e psicológicos podem ser devastadores e perpétuos (Kaplan & Sadock, 1990). Knutson (1995) ressalta que entender as consequências do abuso sexual é um trabalho árduo e inseguro devido à falta de estudos longitudinais e à ausência de grupos de controle apropriados. Portanto, antes de caracterizar a sintomatologia do abuso sexual infantil, faz-se necessário citar os fatores que influenciam o dano psicológico causado por essa experiência. Segundo Furniss (1993) e Knutson (1995), o grau de severidade dos efeitos do abuso sexual varia de acordo com:

- A idade da criança no início do abuso sexual: não se sabe em qual idade há maior prejuízo;
- Duração do abuso: algumas evidências sugerem que maior duração produz consequências mais negativas;
- O grau de violência: uso de força pelo perpetrador resulta em consequências mais negativas tanto a curto como em longo prazo;
- A diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a vítima: quando maior a diferença, mais grave são as consequências;
- A importância da relação entre abusador e vítima: quanto maior a proximidade e intimidade piores as consequências - também apontado por Kendall-Tackett, Williams, e Finkelhor (1993);

- A ausência de figuras parentais protetoras e de apoio social: nesses casos, o dano psicológico é agravado;
- O grau de segredo e de ameaças contra a criança.

Wright e Scalora (1996) acrescentam os seguintes fatores: a) saúde emocional prévia - crianças com saúde emocional positiva antes do abuso tendem a sofrer menos efeitos negativos; b) tipo de atividade sexual - alguns dados sugerem que formas de abuso mais intrusivas, como a penetração, resultam em mais consequências negativas, também salientadas por Kendall-Tackett, Williams, e Finkelhor (1993); c) vários tipos de abuso sexual cometidos; d) reação dos outros - resposta negativa da família ou dos pais à descoberta do abuso acentuam efeitos negativos (família, amigos e juízes atribuindo a responsabilidade à criança); e) dissolução da família depois da revelação; f) envolvimento com a corte jurídica; g) viver em uma família disfuncional durante a interação abusiva; h) criança responsabilizando-se pela interação sexual; i) quando a vítima recebe recompensa pelo abuso e o perpetrador nega que o abuso aconteceu.

Kendall-Tackett, Williams, e Finkelhor (1993) analisaram os estudos recentes sobre os efeitos do abuso sexual e dividiram as consequências de acordo com as idades pré-escolar (0 a 6 anos), escolar (7 a 12 anos) e adolescência (13 a 18 anos). Os sintomas mais comuns em pré-escolares são: ansiedade, pesadelos, transtorno de *stress* pós-traumático e comportamento sexual inapropriado. Para as crianças em idade escolar, os sintomas mais comuns incluem: medo, distúrbios neuróticos, agressão, pesadelos, problemas escolares, hiperatividade e comportamento regressivo. Na adolescência, os sintomas comuns são: depressão, isolamento, comportamento suicida, autoagressão, queixas somáticas, atos ilegais, fugas, abuso de substâncias e comportamento sexual inadequado. Sintomas comuns às três fases de desenvolvimento são: pesadelos, depressão, retraimento, distúrbios neuróticos, agressão e comportamento regressivo. Isso leva a pensar em efeitos em longo prazo causados pela experiência de abuso sexual na infância.

Browne e Finkelhor (1986) fizeram uma revisão da literatura sobre os efeitos do abuso sexual, apenas com amostras femininas, e dividiram as consequências em efeitos em curto prazo e efeitos em longo prazo. As principais reações iniciais das vítimas são: medo, depressão, ansiedade, raiva, hostilidade e comportamento sexual inapropriado. Mulheres adultas, sexualmente abusadas quando crianças manifestam: depressão, comportamento autodestrutivo, ansiedade, sentimentos de isolamento e estigmatização, baixa auto-estima, tendência à revitimação e abuso de substâncias.

Muitos autores enfatizam o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) como uma consequência em curto prazo muito comum do abuso sexual (Browne & Finkelhor, 1986; Flores & Caminha, 1994; Gabbard, 1992; Kaplan & Sadock, 1990; Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor, 1993). O TEPT está ligado a experiências incomuns da existência humana, que



causam um impacto emocionalmente severo no indivíduo (Gabbard, 1992), sendo que o agente causal é externo e a tentativa da vítima de organizar o sentido da experiência traumática gera condutas ou estruturas de pensamento patológicas (Flores & Caminha, 1994).

Em casos de crianças e adolescentes, a experiência de abuso sexual tem efeitos ainda mais traumáticos do que em adultos, pois as funções afetivas e cognitivas do sistema nervoso central ainda não estão amadurecidas totalmente (Garfinkel, Carlson, & Weller, 1992).

Algumas consequências do abuso sexual, citadas por Blanchard (1996), são de especial importância para compreendermos a grande dimensão dos impactos físicos, emocionais e psicossociais causados pelo abuso sexual:

"... Ter vivido um trauma físico e psicológico faz com que a vítima questione sua capacidade de defender-se... Ela aprende a odiar seu corpo porque ele a faz lembrar de más experiências. Ela tem respostas dissociadas, apresenta dificuldade de intimidade e é emocionalmente distante. Ela aprende que não pode controlar seu corpo e que outra pessoa pode tocá-la sem o seu consentimento... Ela não confia na sua memória, nos seus pensamentos e no seu senso de realidade. Essas consequências afetam não só a vítima, mas também a sociedade em geral porque uma criança traumatizada torna-se eventualmente um adulto que pode adotar comportamentos agressivos ou passivos para resolver as situações e o estresse." (Blanchard, 1996, p.7)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quantas "Marias" existem pelo mundo afora? Que lutam por uma saída, por uma vida melhor, por poder ter um discurso próprio, talvez puder "Ser". Ser algo mais que Maria que ocupar o lugar do desejo do outro. Poder desejar. Talvez não ser vista somente como pedaços de carne, pedaços do desejo. Talvez puder ser Maria Flavia, Maria Fernanda, Maria Gildete.

Infelizmente o abuso sexual de crianças e adolescentes é uma realidade que se encontra em todos os países. É preocupante e doloroso saber, que milhares e milhares de crianças se tornam vítimas dessa violência sexual a cada ano. Podendo ainda, desenvolver transtornos psíquicos, fisiológicos e biológicos. Essa vida de abuso sexual, pode também trazer um prejuízo na sua vida social, conjugal e emocional posteriormente. Dessa forma, é necessário que os profissionais da saúde, se conscientizem das necessidades de uma capacitação adequada, para que seja possível conduzir intervenções corretas para esses casos de Abuso Sexual, sejam eles, extra ou intrafamiliar.

